

**Disciplina:** Direito Civil IV – Família e Sucessões (valor zero a dez)

**Data:** 19/11/2019

**Nome (legível):** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_ **Nº USP:** \_\_\_\_\_ **Turma:** \_\_\_\_\_

**Nota:** \_\_\_\_\_ **Nota por extenso:** \_\_\_\_\_

**Docente:** \_\_\_\_\_ **Assinatura:** \_\_\_\_\_

1. (valor 1,0 ponto, considerando 0,25 cada item) Considerando as presunções de filiação, assinale verdadeiro (V) ou falso (F):

- i. ( ) As presunções de paternidade são *iuris tantum* em relação ao pai; mas *iures et de iure*, em relação a terceiros.
- ii. ( ) A presunção de filiação é quase absoluta em relação ao pai que, conhecendo que a gestação de sua esposa é anterior ao casamento, acompanhou o registro declarando ser o pai.
- iii. ( ) Quanto à bínuba, presume-se *iures et de iure* filho do 1º marido se o nascimento ocorrer dentro dos 300 dias após o falecimento deste; e do 2º marido, se o filho nascer dentro dos 180 dias após estabelecida a convivência.
- iv. ( ) A presunção de filiação do filho havido por meio de fecundação homóloga, com a autorização do marido, é relativa.

2. (valor 1 ponto, considerando 0,25 cada item) Sobre os graus de parentesco, assinale verdadeiro (V) ou falso (F):

- i. ( ) Os parentes em linha reta estão uns para com os outros na relação de ascendentes e descendentes.
- ii. ( ) Entre o bisneto e o bisavô, o grau de parentesco é de 2º grau na linha reta ascendente e descendente respectivamente.
- iii. ( ) Entre o tio e o sobrinho, existe parentesco colateral de 3º grau igual.
- iv. ( ) Entre o sobrinho-neto e o tio-avô, existe parentesco colateral de 3º grau desigual.

3. (valor 1,0 ponto) João, com 17 anos de idade, e Maria, 15 anos de idade, são namorados e tiveram um filho. Antes mesmo do nascimento do filho, João rompeu a relação com Maria. Quanto ao filho que nasceu, como pode se dar o seu reconhecimento:

- a) somente através do reconhecimento judicial tendo em vista a incapacidade relativa de João.
- b) a perfiliação somente pode ocorrer após João ter completado a maioridade civil.
- c) o reconhecimento pode ser voluntário, através de manifestação direta perante o juiz ou o oficial do registro civil ou, ainda, por escrito particular, escritura pública ou testamento.
- d) o reconhecimento voluntário não pode ser através de escritura pública ou escrito particular porque este é ato personalíssimo que não admite assistência.

4. (valor 1,0 ponto) Airton foi adotado por José quando tinha 08 (oito) anos de idade. Nesta época, José era casado com Marta, ambos devidamente inscritos no Cadastro Nacional de adoção nos termos do art. 50 do ECA<sup>1</sup>, bem como Airton, que se chamava Bento, antes do processo de adoção. Sobre o caso, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Airton tem direito de conhecer seus pais biológicos após completar 18 anos de idade, mesmo após o desligamento do vínculo de parentesco natural.
- b) A sentença que determinou a adoção no caso deve ser inscrita no registro civil mediante mandado, que irá cancelar o registro original do adotado.

<sup>1</sup> Art. 50. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.

- c) Nenhuma observação sobre a origem do parentesco pode constar das certidões de registro de Airton.  
d) Não é admitida a alteração do prenome do adotado como ocorreu no caso; admite-se apenas a mudança do sobrenome para inserir o sobrenome dos adotantes.

5. (valor 0,5 ponto) TJ/MG 07. Analise as afirmativas seguintes.

I. Estão sujeitos à curatela os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.

II. O Ministério Público não tem legitimidade para propor a interdição se não promovê-la os pais ou tutores, cônjuge ou qualquer parente.

III. A autoridade do curador estende-se à pessoa e aos bens dos filhos do curatelado, até cessar a menoridade.

IV. A decisão que declara a interdição só produz efeitos após o trânsito em julgado.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (a) I e III.  
(b) I e IV.  
(c) II e III.  
(d) II e IV.

6. (valor 0,5 ponto) MP/SP 36. Em direito das sucessões, constitui a legítima:

(a) Na metade dos bens da herança pertencente aos herdeiros necessários.

(b) No legado recebido, pelo herdeiro necessário, da parte disponível dos bens do testador.

(c) Na ordem ocupada pelo cônjuge sobrevivente na sucessão legítima.

(d) No direito do herdeiro, em ação de petição de herança, demandar o reconhecimento de seu direito sucessório.

(e) Na exclusão da sucessão do herdeiro ou legatário declarado, por sentença, indigno.

7. (valor 1,0 ponto) Sandoval e Jucilene estão divorciados desde 2011, hoje os três filhos, que moram com a mãe, tem: Salene (16 anos de idade – está no 1º Colegial), Joel (19 anos de idade – desempregado) e Jusan (24 anos de idade – está no 2º ano de direito). No entanto, na sentença de divórcio, Sandoval foi condenado a pagar um salário mínimo para cada filho; porém desde janeiro de 2012, Sandoval não paga a prestação alimentar. Sobre o caso é correto afirmar:

(a) Sandoval somente está obrigado a pagar alimentos para a filha menor.

(b) Sandoval está obrigado a pagar alimentos para todos os filhos até a maioridade civil, quando a obrigação alimentar se extingue automaticamente.

(c) Sandoval pode ser executado mediante prisão quanto ao pagamento das três últimas prestações vencidas e não pagas.

(d) Sandoval somente pode ser executado mediante penhora.

8. (valor 0,5 ponto) Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJ/SC – Edital 01/09 – CJS Concurso para Ingresso na Carreira da Magistratura – Maio de 2009 - 13. Em relação ao direito alimentar, assinale a alternativa **INCORRETA**:

(a) Na ação de alimentos, a ausência da parte autora à audiência de conciliação e julgamento importa no arquivamento do pedido, e a da parte ré na revelia, bem como na confissão quanto à matéria de fato.

(b) É vedado ao alimentando renunciar ao direito de alimentos, embora possa não exercer esse direito.

(c) O cônjuge declarado culpado na separação judicial não perde definitivamente o direito de pleitear alimentos contra o outro cônjuge.

(d) A decisão judicial sobre alimentos não faz coisa julgada material.

(e) Alimentos provisórios são os fixados de forma cautelar na ação investigatória de paternidade, e provisionais, os fixados na ação de alimentos.

9. (valor 0,5 ponto) Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJ/SC – Edital 01/09 – CJS Concurso para Ingresso na Carreira da Magistratura – Maio de 2009 - 14. Quanto ao direito sucessório, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (a) É excluído da sucessão o herdeiro que, por meio fraudulento, obstou o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.
- (b) A alienação onerosa pelo herdeiro aparente a terceiro de boa-fé é válida e eficaz, pouco importando se aquele estava ou não de boa-fé.
- (c) O direito de pleitear a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em três anos, contados da abertura da sucessão.
- (d) Os herdeiros colaterais ficarão excluídos da sucessão acaso não se habilitarem até a declaração da vacância.
- (e) A renúncia da herança deve ser expressa por instrumento público ou por termo nos autos de processo judicial.

10. (valor 1,0 ponto, considerando 0,25 cada item) CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DE CARREIRA DO ESTADO DE SANTA CATARINA: Assinale se as alternativas são Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- i. ( ) Após homologação judicial, extingue-se o poder familiar pela emancipação derivada da concessão por ambos os pais ou de um deles na falta do outro, se o menor tiver 16 (dezesesseis) anos completos. Se houver discordância entre os pais na concessão ou não da emancipação é assegurado o direito de um dos genitores ou de o menor recorrer ao Poder Judiciário.
- ii. ( ) Não basta o adultério da mulher, com quem o marido vivia sob o mesmo teto, para ilidir a presunção legal da paternidade do filho. No entanto, a confissão materna, a critério do juiz, pode ser considerada suficiente como meio de prova para a exclusão da paternidade.
- iii. ( ) A perda do poder familiar é uma sanção imposta por sentença judicial ao pai ou à mãe que executar atos que a justificam, como por exemplo uso abusivo de álcool ou de entorpecentes, prática de obscenidades no lar testemunhadas pelo menor ou submissão da criança ou adolescente a abuso sexual.
- iv. ( ) O Código Civil prevê que, se o pai ou a mãe que deve alimentos em primeiro lugar não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, os avós podem ser obrigados a prestar alimentos aos netos. Esta obrigação não tem o caráter de solidariedade mas o de subsidiariedade e de complementaridade.

11. (valor 0,5 ponto) – CONCURSO JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS/2008 - As disposições patrimoniais do testador podem ordenar que o sucessor receba a universalidade da herança ou quota-parte (ideal, abstrata) dela, ou estabelecer que o sucessor ficará com um bem individuado, definido, destacado do acervo, ou quantia determinada. De acordo com o Código Civil, é **CORRETO** dizer que valerá disposição testamentária em favor de:

- (a) pessoa incerta que deva ser determinada por terceiro, dentre duas ou mais pessoas mencionadas pelo testador.
- (b) pessoa incerta, cuja identidade não se possa averiguar.
- (c) pessoa incerta, cometendo a determinação de sua identidade a terceiro.
- (d) ascendentes, descendentes e cônjuge ou companheiro do não legitimado a suceder.

12. (valor 0,5 ponto) Sobre o direito sucessório, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (a) A sucessão a título universal pode ocorrer tanto na sucessão legítima quanto na sucessão testamentária.
- (b) Pelo princípio da *saisine*, a herança é transmitida automaticamente aos herdeiros desde a abertura da sucessão.
- (c) O herdeiro pode renunciar sua cota parte em favor de alguém determinado, a chamada renúncia translativa; ou em favor dos demais co-herdeiros, renúncia abdicativa.

(d) A indignidade impede a sucessão por estirpe em razão do direito de representação, que só persiste na hipótese de renúncia da herança.

**13.** (valor 1,0 ponto) Antônio é casado com Lourdes sob o regime da comunhão parcial de bens desde 27 de janeiro de 2000. Eles tiveram três filhos, Antônio Júnior, André (pré morto) e Laura. Em 20 de setembro de 2014, Antônio faleceu em um trágico acidente de trânsito. Nesta ocasião, Lourdes descobre que Antônio tinha um filho de um relacionamento que teve na adolescência, muito tempo antes de se casarem. Neste caso, quanto ao direito sucessório, assinale a alternativa correta:

- (a) Quanto aos bens que integram a comunhão, Lourdes não tem nenhum direito sobre eles.
- (b) Quanto aos bens particulares, estes deverão ser partilhados em 05 (cinco) partes iguais.
- (c) Quanto aos bens particulares, estes deverão ser partilhados em 04 (quatro) partes iguais.
- (d) No regime da comunhão parcial, Lourdes concorre com os demais herdeiros quanto ao direito sucessório sobre o monte mor.